

Josaphat dará parecer sobre relatórios da CPI

EUGÉNIA LOPES

BRASÍLIA — O presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), confirmou ontem que o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) será o relator do recurso que irá decidir qual dos dois relatórios da CPI dos Precatórios é válido. A escolha foi feita em acordo com o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Com a escolha de Josaphat deverá prevalecer na CCJ o relatório do senador Roberto Requião (PMDB-PR), o primeiro a ser aprovado e o mais crítico. Josaphat Marinho pretende apresentar seu parecer na próxima semana.

"Houve duas decisões e esse resultado acabou criando a confusão e deixando mal o Senado. Por isso é conveniente que o parecer seja apresentado até a próxima semana, para que não

permaneça a ideia de que não se terá uma conclusão respeitável", disse Josaphat, que será indicado formalmente hoje para assumir a relatoria do recurso na CCJ.

Josaphat Marinho afirmou que não existe a possibilidade de ser feito um novo relatório e que irá se restringir a analisar o recurso apresentado pelo senador Geraldo Mello (PSDB-RN), presidente interino da CPI dos Precatórios, dentro dos limites regimentais e jurídicos, sem entrar no mérito das conclusões da comissão.

Confusão — A confusão na CPI dos Precatórios começou há 15 dias, quando foram aprovados dois relatórios. No dia 22, os integrantes da CPI aprovaram o relatório do senador Roberto Requião. No dia seguinte, nove senadores aprovaram emendas ao relatório retirando as acusações ao ex-prefeito paulistano Paulo Maluf e a seu su-

cessor, Celso Pitta.

Também foram retiradas as acusações de estelionato e formação de quadrilha aos dirigentes do Bradesco. Geraldo Mello entrou com recurso perguntando de qual dos dois relatórios é válido.

"Acho que relatório da CPI pode ser emendado", disse o líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA). Ele e os senadores Gilberto Miranda (PFI-AM) e José Agripino (PFL-RN) foram os responsáveis pelas emendas que acabaram atenuando as acusações contra os implicados na emissão de títulos públicos.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) conseguiu ainda aprovar emenda que retira todas as acusações feitas por Requião ao governo catarinense. O segundo relatório foi aprovado sem a presença do relator Roberto Requião e do grupo de senadores que o apoiava na CPI.